

16 AGO 1991

VILLAS-BÔAS CORRÊA

Oração de crente

Oposição própria-mente dita, isto é, estrutural, como partido ou bloco parlamentar de atuação permanente e com estratégia definida, o presidente Collor de Mello não identifica no Congresso. No reconhecimento óbvio de que não conta com maioria sólida e confiável, admite que o governo esbarra na má vontade, por vezes majoritária, do plenário. Mas não chega a caracterizar oposição orgânica.



No embalo da avaliação crítica, Collor enuncia sentença que salta pronta, escorada em madura reflexão: "Eu tenho um projeto, sei onde quero chegar, acredito nele. E eles não têm nenhum".

Cabem no balaio do pronome desde o brando oposicionismo interminante de setores cooptáveis por uma boa negociação, até a intransigência radical do PT, que jamais admitiu conversa e, fora do Congresso, mas com notória capacidade de pressão, a CUT, embora atravessando período opaco. Pilheria o presidente, quebrando a seriedade da conversa com o grupo de jornalistas, que, por vezes, surpreende-se curtindo "saudades do Jair Meneguelli".

O flagrante do estado de espírito de Collor é um dado relevante para a análise do novo estágio tático, assinalado pela disposição de negociar com o Congresso, com a ajuda dos governadores.

O projeto do presidente é o *Projeto* encalhado na areia da resistência passiva da má vontade parlamentar, com culpas partilhadas pelo erro inicial do seu lançamento. O governo imaginou pegar o Congresso no susto da formulação do projeto de amplitude ambiciosa, apresentando-o como pauta para o entendimento consensual em torno de todos ou de alguns dos seus itens.

Claro, que não deu certo. O *Projeto* parecia esquecido, abandonado pelo governo, repellido pelo Legislativo.

Mas, o presidente, que se auto-definhe como um crente, um obstinado na perseguição do seu projeto, volta à carga com a mesma proposta embrulhada em papel para presente.

Principia por proclamar com todas as letras sua descrença na ajuda externa. Collor não confia nas vagas promessas de investimentos estrangeiros nem acredita no róseo otimismo de análises técnicas que parecem encomendadas para enganar os trouxas. O investimento dos ricos está orientado para praças mais sedutoras e mais próximas, busca acudir à emergências críticas que pipocam nas vizinhanças dos Estados Unidos assoberbado por problemas: da Europa em rebuliço com a implosão do Leste e das economias socialistas: do Japão de aguçado faro para as probabilidades de lucro.

Criar condições favoráveis à atração do investimento vasqueiro e arredio decai para objetivo secundário na ofensiva presidencial para resgatar o Plano de Reconstrução Nacional e, com ele em riste, propor ao Congresso a revisão imediata de artigos polêmicos da Constituição.

A preocupação prioritária volta-se para a arrumação interna, capacitando o governo para vencer a inflação com recursos domésticos.

Parece que até aí, é transparente a recauchutada jogada presidencial.

As coisas se complicam no exame das intenções políticas, as claras e as outras, e no balanço da efetiva viabilidade da articulação pelo governo, sem apoio parlamentar, da aprovação na Câmara e no Senado, por três quintos e em dois turnos, de emendas constitucionais para derrubar a estabilidade do funcionalismo, acabar com o monopólio estatal do petróleo, bulir nos vespeiros da distribuição tributária e do ensino universitário gratuito.

O toque de realismo do esquema do presidente é perceptível na admissão de sua debilidade parlamentar. Para contorná-la, socorre-se dos governadores, atraindo-os para pacto de mão dupla. A julgar pelo entusiasmo, ele acha que descobriu o mapa da mina, topou com a receita de cura.

Os novos governadores pousaram na realidade depois de cinco meses de atribulações gerais, salvo as poucas e notórias exceções dos estados com a economia em ordem e folga de caixa. De um modo ou de outro, todos padecem as mesmas agruras federais provocadas por constituições estaduais calcadas na Carta de 88, com exageros e regalias multiplicadas pela generosidade provinciana irresponsável, instigada pela demagogia e pela pressão das reivindicações corporativistas.

Nos contatos com governadores, Collor colecionou exemplos inacreditáveis da prodigalidade dos constituintes estaduais com o dinheiro dos outros. Miraram-se no espelho federal e exageraram.

A revisão constitucional é, portanto, do interesse de todos ou de quase todos os governadores. Antes de chegar aos estados, convém que comece pelo Congresso.

O presidente fez o primeiro lance, jogou as cartas na mesa. No próximo, espera a adesão dos governadores e a formalização de propostas na reunião do próximo dia 26, em Brasília.

Mas, se a esquematização tem a sua coerência, ela não responde à incredulidade de que o presidente e os governadores somem força para arrancar do Congresso desestruturado, sem partidos nem lideranças, a aprovação de emendas a privilégios entronizados no texto constitucional e defendidos pelos beneficiados.

Advertido para as dificuldades, o presidente as admite sem hesitação. Mas, o que fazer? É este o caminho constitucional e, portanto, o único. Ele fará a sua parte, para que mais tarde não o acusem de omissão.

E mais: acaricia a esperança de vencer resistências, convencer os indecisos com a objetividade da proposta e o testemunho da urgente necessidade de alterar a Constituição para criar condições que permitam ao governo modernizar o estado, conter a inflação e retomar o desenvolvimento.

O fecho do raciocínio desperta suspeições. Não parece a conclusão da malícia política, mas a cega credulidade ingênua do fanático. Identifica-se com o presidente que acredita no seu projeto e se dispõe a executá-lo a qualquer custo. Ato de fé do crente que reza a oração diária ajoelhado no altar do seu próprio anjo da guarda.